

12º aniversário da assinatura dos Acordos de Paz entre MPLA e UNITA.



Angolanos comemoram 12 anos de Paz e Estabilidade

Os angolanos celebram no próximo dia 4 de Abril 12 anos desde que o país alcançou a paz e a reconciliação nacional.

‘PELA PAZ E UNIDADE NACIONAL, CONSOLIDEMOS A DEMOCRACIA’



Foi a 4 de Abril de 2002 que o povo angolano presenciou com entusiasmo, no Palácio dos Congressos, em Luanda, o abraço solidário entre filhos da mesma terra, até então separados pela guerra, numa cerimónia marcada pela assinatura do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka (Zâmbia).

O documento, assinado pelo ex-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, general Armando da Cruz Neto, e do então responsável do Alto Comando das Forças Militares da Unita, Geraldo Abreu Muendo "Kamorteiro", mudou o curso da História da República de Angola.

O acto, que marcou o fim de um longo período de guerra, que se saldou em milhares de deslocados, mutilados e órfãos, foi assistido pelo Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, por representantes da comunidade internacional e várias entidades nacionais.

A partir daí, as chefias militares das FAA e da Unita começaram a dar os primeiros passos significativos para a validação do cessar-fogo assinado, marcando a cerimónia formal da incorporação dos oficiais e militares no exército nacional.

É assim que o 4 de Abril de 2002 se tornou numa das maiores conquistas do povo angolano, a seguir à independência nacional (11 de Novembro de 1975), por marcar uma viragem decisiva no processo político e de desenvolvimento de Angola. A data foi instituída feriado nacional e

apontada como um importante marco de referência histórica na luta do povo angolano.

Hoje, o país vive um ambiente de paz justa e definitiva, paz essa alcançada sem a imposição de forças externas, mas resultado do esforço dos angolanos, que entenderam que havia a necessidade da cessação das hostilidades e de encetarem o processo de conclusão das tarefas remanescentes do Protocolo de Lusaka, tendo em vista a reconciliação e reconstrução do país.

Pela primeira vez, um protocolo visando a paz foi assinado, em território nacional, sem qualquer mediação externa, correspondendo aos interesses mais legítimos dos angolanos.

Daí a crença geral de que esta é uma paz definitiva, porque é consolidada no dia-a-dia dos angolanos, através de acções e atitudes práticas, que exigem o contributo de todos para que seja realmente irreversível.

Esta traduz a vontade dos angolanos no sentido de que sejam removidos todos os factores do passado, para se poder construir uma pátria unida, solidária e madura, orientada pelos valores da unidade nacional, da democracia, liberdade, justiça social e pelo respeito ao próximo.

“Quem ama verdadeiramente a Paz tem de saber perdoar, reconciliar-se com o seu próximo, contribuindo assim para uma união verdadeira e sólida dos angolanos, sem prejuízo para as divergências que uns e outros possam expressar”, disse o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Conquistada a paz, novos desafios se colocam, pois torna-se necessário envidar esforços para a sua consolidação, através do desenvolvimento de um conjunto de acções, que visem combater a fome e a pobreza.

Se, até 2002, mais de quatro milhões de angolanos eram deslocados, cerca de 170 mil eram portadores de deficiência e havia uma taxa de desemprego que se aproximava dos 43 por cento, os últimos 12 anos estão registados como um dos períodos de maior crescimento económico, com sinais concretos de estabilização da inflação, suportada por uma política macroeconómica reconhecida pelas principais instituições internacionais.

Angola assume-se como país do futuro, onde o Governo tem programas e metas orientados para a sua reconstrução e com um forte investimento no sector social.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) passou a ter, como uma das maiores preocupações, o sector social, que inscreve o desenvolvimento de vários programas para o reforço de uma economia equilibrada.

Com a paz, os angolanos estão não só a fazer conquistas económicas e sociais, como promovem a tolerância e o respeito pela diferença de opinião, bem como incentivam o sentimento patriótico aos jovens e crianças, ao mesmo tempo que trabalham no sentido de fortalecer as instituições de um Estado Democrático de Direito como premissa indispensável para encetar, com firmeza, novos passos rumo ao crescimento harmonioso do país.

AngolaPress